



**INSTITUTO FEDERAL DA
PARAÍBA PRÓ REITORIA DE
ENSINO CAMPUS GUARABIRA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL**

HARLAN XAVIER DE OLIVEIRA MARREIRO

**DESAFIOS E IMPACTOS DA FORMALIZAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES
INDIVIDUAIS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

GUARABIRA

2025

Harlan Xavier De Oliveira Marreiro

**DESAFIOS E IMPACTOS DA FORMALIZAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES
INDIVIDUAIS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Coordenação do Curso
Superior de Tecnologia em Gestão
Comercial do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
– Campus Guarabira, como requisito
obrigatório para a disciplina Trabalho de
Conclusão de Curso (TCC).

Orientador(a): Profa. Ma. Aglaucibelly
Maciel Barbosa

GUARABIRA

2025

FICHA CATOLOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFPB - GUARABIRA

M358d Marreiro, Harlan Xavier de Oliveira
Desafios e impactos da formalização de microempreendedores
individuais no desenvolvimento econômico e social / Harlan Xavier de
Oliveira Marreiro.- Guarabira, 2026.
46f.; il.; color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Comercial). –
Instituto Federal da Paraíba, Campus Guarabira. 2026.

“Orientação: Profa. Ma. Aglaucibelly Maciel Barbosa”

Referências.

1. Microempreendedor individual. 2. Empreendedorismo. 3.
Formalização 4. Desenvolvimento econômico e social. I. Título.

CDU 658:005.342(0.067)

Elaborada por Ana Carine da Costa Gonçalves - CRB 000676

FOLHA DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS GUARABIRA

ATA 22/2025 - CSTGC/DDE/DG/GB/REITORIA/IFPB

CST Gestão Comercial

ATA DA DEFESA DE TCC

Aos 28 de agosto de 2025, às 16h05min, reuniram-se Profa. Ma. Aglaucibelly Maciel Barbosa (orientadora), Profa. Ma. Ana Beatriz Bernardes Oliveira (avaliadora) e Prof. Dr. Anrafel de Souza Barbosa (avaliador), na sala 9 do bloco acadêmico do IFPB – Campus Guarabira, para avaliarem a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso da aluno (a) **Harlan Xavier de Oliveira Marreiro**, intitulado: *DESAFIOS E IMPACTOS DA FORMALIZAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL*, protocolado para defesa final de acordo com requisitos expostos no Manual de Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão Comercial. Após a apresentação, a banca apresentou três pareceres a favor da aprovação do TCC. Desta forma, o TCC foi aprovado e definiu-se as seguintes notas: em relação ao texto básico: equivalente a 88; resultado científico: equivalente a 87; e defesa: equivalente a 90. A média final da defesa foi, portanto, **88**. Nada mais havendo a tratar, às 17h35min, encerraram-se os trabalhos, determinando a lavratura desta ata, que, após lida e considerada conforme, será assinada pelos presentes.

Documento assinado eletronicamente por:

- Aglaucibelly Maciel Barbosa, PROF ENS BAS TEC TECNOLÓGICO-SUBSTITUTO, em 01/09/2025 22:41:51.
- Anrafel de Souza Barbosa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 02/09/2025 08:47:52.
- Ana Beatriz Bernardes Oliveira, PROF ENS BAS TEC TECNOLÓGICO-SUBSTITUTO, em 02/09/2025 10:53:13.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/09/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código: 758555
Verificador: 5892b0c176
Código de Autenticação:



AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e pela luz que me sustentaram em cada etapa desta jornada acadêmica.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Guarabira, pela oportunidade de formação e crescimento pessoal e profissional.

A todos os professores que, ao longo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, contribuíram com seus ensinamentos, paciência e dedicação, deixando marcas significativas na minha trajetória acadêmica.

De modo especial, expresso minha profunda gratidão à minha orientadora, Profa. Ma. Aglaucibelly Maciel Barbosa, pela orientação cuidadosa, incentivo constante, dedicação e confiança depositada em mim durante o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso. Seu apoio foi essencial para que eu pudesse chegar até aqui com segurança e motivação.

Por fim, agradeço também à minha família e amigos, pelo incentivo e compreensão em todos os momentos de dedicação e renúncia que este trabalho exigiu.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios e os impactos da formalização de microempreendedores individuais (MEIs) no desenvolvimento econômico e social, com foco no município de Guarabira, no estado da Paraíba. A pesquisa parte da premissa de que a formalização é um instrumento essencial para promover inclusão social, geração de emprego e renda, além de fortalecer os pequenos negócios a integrá-los ao mercado formal. O estudo adota uma abordagem metodológica, combinando dados quantitativos e qualitativos, a fim de oferecer uma análise aprofundada sobre os obstáculos enfrentados pelos empreendedores no processo de formalização, como burocracia, falta de informação e dificuldades financeiras. Além disso, busca compreender os benefícios percebidos por aqueles que já se formalizaram, como o acesso a crédito, benefícios previdenciários e políticas públicas de apoio. A pesquisa está fundamentada na literatura e utiliza como técnicas a análise de conteúdo e o levantamento de dados secundários. Os resultados obtidos contribuíram para o debate sobre o fortalecimento do empreendedorismo formal, mediante a realidade da região de Guarabira – PB, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Conclui-se que a formalização quando acompanhada de políticas públicas eficientes e de uma gestão comprometida com o desenvolvimento local, pode contribuir decisivamente para a profissionalização dos pequenos negócios, a geração de renda e a redução das desigualdades sociais. Dessa forma, reforça-se a importância de fortalecer o ambiente empreendedor, promovendo condições mais acessíveis e sustentáveis para que os MEIs possam crescer e consolidar sua atuação no mercado.

Palavras-chaves: Formalização; Microempreendedor Individual; Desenvolvimento Econômico e Social

ABSTRACT

This study aims to analyze the challenges and impacts of the formalization of individual microentrepreneurs (MEIs) on economic and social development, focusing on the municipality of Guarabira, in the state of Paraíba. The research is based on the premise that formalization is an essential instrument to promote social inclusion, job and income generation, in addition to strengthening small businesses by integrating them into the formal market. The study adopts a methodological approach that combines quantitative and qualitative data in order to provide an in-depth analysis of the obstacles faced by entrepreneurs in the formalization process, such as bureaucracy, lack of information, and financial difficulties. Furthermore, it seeks to understand the benefits perceived by those who have already formalized, such as access to credit, social security benefits, and public support policies. The research is grounded in the literature and employs content analysis and secondary data collection as its main techniques. The results obtained contributed to the debate on strengthening formal entrepreneurship within the reality of the Guarabira–PB region, providing insights for the formulation of more effective public policies. It is concluded that formalization, when accompanied by efficient public policies and management committed to local development, can decisively contribute to the professionalization of small businesses, income generation, and the reduction of social inequalities. Thus, the importance of strengthening the entrepreneurial environment is reinforced, promoting more accessible and sustainable conditions for MEIs to grow and consolidate their presence in the market.

Keywords: Formalization; Individual Microentrepreneur; Economic and Social Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E QUESTÃO DE PESQUISA	11
1.2	OBJETIVOS	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos	13
1.3	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA	13
1.4	HIPÓTESE DE PESQUISA	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	FORMALIZAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E IMPACTOS REGIONAIS	15
2.2	A IMPORTÂNCIA DA FORMALIZAÇÃO DE MEIS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	16
2.3	A FORMALIZAÇÃO DE MEIS EM PEQUENAS CIDADES	18
2.4	IMPACTOS ECONÔMICOS E DESAFIOS DA FORMALIZAÇÃO	20
3	METODOLOGIA	22
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	22
3.2	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	23
3.3	LOCAL DA PESQUISA	24
3.4	ANÁLISE DOS DADOS	24
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4.1	IMPACTOS DA FORMALIZAÇÃO NO DESEMPENHO DA REGIÃO	28
4.2	OBSTÁCULOS NO PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO	32
4.3	POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	36
4.4	SÍNTESES DOS RESULTADOS	38
4.4.1	Reconhecimento dos MEIs como agentes de transformação local	39
4.4.2	Os dados como ferramenta de valorização e visibilidade	40
4.4.3	Avanços e desafios no reconhecimento	40
5	CONCLUSÕES	42

REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE – Questionário Semiestruturado.....	47

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E QUESTÃO DE PESQUISA

A formalização de microempreendedores individuais (MEIs) tem se mostrado um fator importante para o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões, especialmente em áreas menos desenvolvidas (Ferreira, 2017, p. 88).

Esse processo tem contribuído para a geração de empregos formais, o aumento da renda familiar e a dinamização das economias locais, principalmente em contextos historicamente marcados pela informalidade e pela escassez de oportunidades. Ao permitir o acesso a benefícios previdenciários, crédito orientado e participação em políticas públicas, a formalização fortalece a autonomia dos pequenos empreendedores e amplia sua capacidade de atuação no mercado. Além disso, o aumento da arrecadação fiscal decorrente da legalização dos negócios pode ser revertido em investimentos em infraestrutura, saúde e educação, promovendo um ciclo de desenvolvimento sustentável (IBGE, 2021).

No Brasil, a formalização representa uma oportunidade não apenas para o crescimento econômico, mas também para a inclusão social e a redução da desigualdade (Benatti, Silva e Prearo, 2021). Segundo o SEBRAE (2023), o Brasil ultrapassou a marca de 15 milhões de MEIs formalizados, representando aproximadamente 70% do total de pequenos negócios ativos. Esse crescimento expressivo reflete o papel central que os MEIs ocupam na geração de emprego e renda.

A formalização amplia as oportunidades dos pequenos negócios ao integrá-los ao mercado formal, tornando possível, por exemplo, a regularização de transações comerciais e o acesso a políticas de fomento. Com isso, os empreendedores passam a contar com instrumentos que favorecem a profissionalização e a sustentabilidade de suas atividades, contribuindo para a geração de renda, a estabilidade dos negócios e o dinamismo da economia local (SEBRAE, 2020).

Apesar dos incentivos e facilidades existentes, muitos comerciantes ainda resistem à formalização. As razões para essa resistência incluem a falta de informações claras sobre o processo, a complexidade burocrática envolvida e os custos associados à formalização e manutenção no sistema formal (Rodrigues *et al.*, 2025).

Isso ocorre porque muitos empreendedores ainda desconhecem os benefícios legais, tributários e de acesso a crédito oferecidos pela formalização, o que contribui para a perpetuação da informalidade. A ausência de canais eficientes de orientação, especialmente em

regiões periféricas e de menor renda, dificulta o acesso à informação clara e acessível sobre o processo de registro empresarial. Além disso, os custos associados à regularização — como taxas, impostos e obrigações contábeis — aliados à morosidade dos procedimentos burocráticos representam obstáculos significativos, principalmente para os micro e pequenos empreendedores, levando muitos a perceberem que os encargos da formalização superam seus potenciais benefícios, desestimulando a adesão ao sistema formal (Souza, Santos e Melo, 2024).

A burocracia excessiva, a falta de conhecimento por parte dos empreendedores e as dificuldades econômicas, especialmente em regiões mais pobres, são obstáculos para o processo de formalização porque impõem barreiras institucionais, cognitivas e financeiras que desestimulam a regularização dos negócios, perpetuando a informalidade e limitando o acesso a direitos, créditos e políticas públicas de apoio ao empreendedorismo formal (Assunção *et al.*, 2025).

Diante desse cenário, a questão central desta pesquisa é: “quais são os principais desafios enfrentados na formalização de MEIs no município de Guarabira e como a formalização pode impactar positivamente o desenvolvimento econômico e social da região?”

Para responder a essa pergunta, a pesquisa será delimitada à análise de dados e informações referentes ao contexto brasileiro, com foco em microempreendedores individuais atuantes no município de Guarabira, no estado da Paraíba. A investigação buscará identificar os entraves mais recorrentes à formalização, bem como os benefícios percebidos por empreendedores já formalizados, com ênfase nas dimensões econômicas e sociais do processo. Ao adotar esse recorte, pretende-se compreender as especificidades do ambiente empreendedor no Brasil e contribuir com subsídios para o aprimoramento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da formalização no país.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar os desafios e impactos da formalização de MEIs, destacando o papel da gestão e das políticas públicas na promoção do desenvolvimento econômico e social no município de Guarabira.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Avaliar como a formalização de MEIs influencia positivamente no acesso ao crédito na região de Guarabira;
- b) Identificar os principais obstáculos enfrentados por microempreendedores no processo de formalização;
- c) Investigar o impacto das políticas públicas de simplificação e incentivo à formalização sobre o desenvolvimento econômico e social do município de Guarabira.

1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

A justificativa deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender a dinâmica de formalização de MEIs. Tal compreensão é importante para identificar os principais obstáculos enfrentados por esses empreendedores no processo de legalização de suas atividades, bem como para avaliar os benefícios econômicos e sociais decorrentes da formalização.

Em um contexto marcado por elevada informalidade, especialmente em regiões com menor desenvolvimento socioeconômico, entender esse processo permite subsidiar políticas públicas mais eficazes, adaptadas às reais necessidades do público-alvo. Além disso, analisar a formalização sob uma perspectiva crítica e contextualizada contribui para o fortalecimento do empreendedorismo de base, para o estímulo à geração de renda e emprego, e para a promoção da inclusão produtiva, fatores centrais para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades regionais.

O foco deste estudo está também em explorar as percepções e os desafios enfrentados por comerciantes informais que optam por permanecer fora do sistema formal. Nesse sentido, busca-se compreender os fatores que influenciam essa decisão, considerando tanto os aspectos estruturais quanto as experiências individuais dos empreendedores. Sendo assim, este estudo aborda a identificação das barreiras que dificultam a formalização, como burocracia, custos envolvidos e falta de informação, além de mapear as motivações subjacentes a essa escolha.

Ao compreender essas questões, será possível propor estratégias mais eficazes de incentivo à formalização, alinhando políticas públicas às necessidades reais dos empreendedores. Esse estudo, portanto, busca contribuir com a construção de um ambiente econômico mais inclusivo e sustentável, promovendo o desenvolvimento local e fortalecendo o papel do empreendedorismo como motor de transformação social e econômica.

Além disso, este estudo fornecerá subsídios práticos para gestores públicos e

organizações de apoio ao empreendedorismo. A promoção da formalização pode resultar em uma economia local mais robusta e sustentável, beneficiando tanto os empreendedores quanto a comunidade como um todo.

1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA

Com base na temática desenvolvida, a pesquisa parte da seguinte hipótese: a formalização de microempreendedores individuais, quando apoiada por políticas públicas adequadas e por condições institucionais favoráveis, tem o potencial de contribuir de forma significativa para o fortalecimento econômico e social em regiões menos desenvolvidas. Contudo, esse processo ainda é limitado por barreiras estruturais, como a burocracia, os custos de regularização e as deficiências no suporte governamental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 FORMALIZAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E IMPACTOS REGIONAIS

A formalização de empresas e trabalhadores é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico sustentável, pois proporciona maior segurança jurídica, acesso a crédito, direitos trabalhistas e inclusão no sistema previdenciário. No Brasil, a informalidade ainda representa um desafio significativo, afetando milhões de trabalhadores e pequenas empresas (SEBRAE, 2020).

O mercado de trabalho no Brasil é marcado por altos índices de informalidade, o que resulta em grandes prejuízos tanto para os trabalhadores quanto para a economia do país. A informalidade, segundo dados do IBGE (2024), atingia cerca de 40% da força de trabalho em 2024, o que representa aproximadamente 39,5 milhões dos 103 milhões de trabalhadores ativos no Brasil.

A alta informalidade no Brasil é resultado de diversos fatores, como a burocracia dos processos, a falta de conhecimento sobre os benefícios da formalização e as dificuldades econômicas enfrentadas pelos empreendedores. A burocracia dos processos e os custos de formalização são apontados como importantes obstáculos para microempreendedores que tentam sair da informalidade (Passos, Nakaguma e Costa-Filho, 2022).

Regiões brasileiras que implementaram políticas públicas voltadas à formalização e ao incentivo de microempreendedores individuais e pequenos negócios têm apresentado impactos positivos relevantes no desenvolvimento econômico local. Evidências empíricas indicam que iniciativas institucionais de estímulo à formalização contribuem para a ampliação da regularização dos empreendimentos, fortalecendo a base produtiva e promovendo maior inclusão econômica (Barros *et al.*, 2022).

A formalização dos microempreendedores está associada ao aumento da competitividade e da produtividade dos negócios, uma vez que empreendimentos regularizados apresentam maior propensão a investir em tecnologia, inovação e qualificação profissional. Evidências empíricas analisadas por Benatti, Silva e Prearo (2021) demonstram que esse processo contribui significativamente para o fortalecimento do desempenho econômico local, ao criar condições mais favoráveis à modernização e à sustentabilidade das atividades produtivas.

No Brasil, o processo de formalização empresarial ainda é marcado por entraves institucionais relevantes, sobretudo em regiões economicamente mais vulneráveis. A elevada

burocracia e a complexidade do sistema tributário impõem custos administrativos e operacionais desproporcionais aos pequenos negócios, dificultando o cumprimento das obrigações legais e fiscais e, conseqüentemente, desestimulando a transição da informalidade para a economia formal (World Bank, 2020).

Isso ocorre porque muitos empreendedores informais não têm acesso a informações claras sobre os benefícios da formalização, como o acesso ao crédito, à seguridade social e às vantagens tributárias associadas ao registro legal, o que contribui para a permanência na informalidade (IBGE, 2023).

Em termos regionais, as dificuldades de formalização também podem ser explicadas por questões econômicas e estruturais. No Norte e Nordeste, onde a pobreza é mais acentuada e a infraestrutura institucional é mais frágil, há menores taxas de formalização e mais barreiras ao empreendedorismo formal, refletindo uma menor presença de serviços de apoio e incentivos diferenciados para registrar e regularizar negócios, o que contribui para a persistência da informalidade (Rodrigues *et al.*, 2025).

2.2 A IMPORTÂNCIA DA FORMALIZAÇÃO DE MEIS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo estudos sobre o impacto do MEI, a formalização constitui um dos principais vetores para o desenvolvimento econômico e social das regiões, especialmente em áreas menos desenvolvidas, uma vez que permite aos empreendedores o acesso a benefícios legais, previdenciários e fiscais essenciais para a sustentabilidade e o crescimento de seus negócios (Oliveira Junior e Ramalho, 2024).

A formalização de uma atividade econômica representa um passo essencial para o empreendedor, pois possibilita a inserção do negócio no ambiente institucional e legal do país. Ao formalizar-se, o empreendedor passa a operar em conformidade com a legislação vigente, obtendo segurança jurídica e reconhecimento formal por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Esse processo amplia o acesso a direitos e garantias legais, beneficiando não apenas o empreendedor, mas também clientes e fornecedores. Além disso, a formalização permite a emissão de notas fiscais, a participação em licitações públicas e o estabelecimento de parcerias comerciais, ampliando as oportunidades de mercado e favorecendo o crescimento sustentável do negócio (SEBRAE, 2023).

De acordo com a literatura sobre micro-empresas no Brasil, a formalização constitui uma etapa importante para integrar empreendedores ao sistema econômico formal, permitindo-

lhes acessar mercados mais amplos, obter financiamento e competir em condições mais equitativas. Essa transição também abre acesso a regimes tributários simplificados, como o Simples Nacional, que reduzem a carga fiscal e simplificam o cumprimento das obrigações legais, contribuindo para a expansão e sustentabilidade dos pequenos negócios (Paes, 2015).

De acordo com os dados do SEBRAE (2023) o Simples Nacional é um regime tributário diferenciado criado pelo governo brasileiro para facilitar a formalização e operação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). Ele unifica diversos tributos federais, estaduais e municipais em um único pagamento mensal, o que reduz a burocracia e os custos operacionais para os empresários.

Entre as vantagens do Simples Nacional estão:

- a) **Simplificação Tributária:** Os impostos são recolhidos de forma simplificada, com uma guia única chamada de Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). Isso inclui tributos como IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, COFINS, IPI, ICMS, ISS e INSS.
- b) **Alíquotas Reduzidas:** As alíquotas são mais baixas em comparação a outros regimes tributários e são definidas de acordo com o faturamento bruto anual da empresa, conforme as tabelas de atividades econômicas previstas no regime.
- c) **Formalização Incentivada:** A adesão ao Simples Nacional é uma forma de estimular a formalização de pequenos negócios, pois facilita o processo burocrático e reduz os custos associados à legalização.

A adesão ao Simples Nacional tem se consolidado como uma das principais estratégias para garantir a sobrevivência e o crescimento dos Microempreendedores Individuais (MEIs), ao simplificar procedimentos burocráticos e reduzir os custos operacionais. Essa política pública, conforme destacado por Barros *et al.* (2022), contribui significativamente para a inclusão dos pequenos negócios na economia formal, permitindo-lhes acessar benefícios como crédito bancário, cobertura previdenciária e segurança jurídica, além de fortalecer sua competitividade e capacidade de expansão.

O Simples Nacional é, portanto, uma ferramenta estratégica de desenvolvimento econômico, promovendo o crescimento sustentável de pequenos negócios e sua integração ao mercado formal, o que gera emprego e renda, além de fortalecer a economia local e nacional.

A formalização contribui para a criação de um ambiente mais favorável ao crescimento econômico ao integrar negócios à economia formal e ao sistema tributário, o que pode ampliar a arrecadação local e possibilitar investimentos em infraestrutura e serviços públicos. O regime tributário simplificado do Simples Nacional, ao reduzir a complexidade fiscal e os custos operacionais para micro e pequenas empresas, tem sido associado ao aumento da formalização,

à expansão das atividades econômicas e ao estímulo à geração de empregos nesses segmentos (Paes, 2014).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), a transição de atividades informais para o setor formal permite aos empreendedores e trabalhadores o acesso a direitos e proteções legais que não existem na economia informal, contribuindo para a construção de um ambiente de trabalho mais justo e seguro, o que é especialmente importante em regiões onde a informalidade limita o acesso a esses direitos. Além dos benefícios jurídicos e sociais, a formalização também cria oportunidades de integração econômica e proteção social.

Sob essa perspectiva, negócios formalizados tendem a ter maior probabilidade de acessar linhas de crédito e financiamento, o que pode estimular a expansão das operações e o investimento em inovação, uma vez que a formalização facilita a comprovação de renda e a apresentação de garantias necessárias às instituições financeiras (Truong e Bui, 2022).

Em resumo, a formalização de MEIs é um processo para o desenvolvimento econômico e social, especialmente em áreas menos desenvolvidas. Ela oferece uma série de benefícios legais, fiscais e financeiros necessários para o crescimento sustentável dos negócios e para o fortalecimento da economia local.

2.3 A FORMALIZAÇÃO DE MEIS EM PEQUENAS CIDADES

A formalização de MEIs em pequenas cidades configura-se como uma estratégia relevante para fortalecer as economias locais, muitas vezes marcadas por mercados informais e baixa diversificação produtiva. Nessas localidades, o empreendedorismo surge não apenas como uma opção de carreira, mas como uma necessidade frente à escassez de empregos formais. A formalização, nesse contexto, representa uma oportunidade para integrar esses empreendedores ao sistema econômico institucionalizado, possibilitando acesso a políticas públicas específicas, suporte técnico e inserção em cadeias de valor regionais (SEBRAE, 2023).

No entanto, a adesão ao regime de MEI em cidades de pequeno porte enfrenta limitações particulares, como a carência de agentes públicos capacitados para orientar o processo, a baixa oferta de serviços de apoio ao empreendedor e a fragilidade das redes de cooperação entre empreendedores, que dificultam a consolidação da formalização. Além disso, aspectos culturais locais que associam a informalidade à flexibilidade e à redução de encargos podem desestimular a formalização como objetivo, o que sugere a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades desses territórios para promover ações de incentivo realmente eficazes (Salvador, 2020).

A insuficiência de infraestrutura digital e tecnológica em pequenas cidades constitui um desafio relevante para a formalização de microempreendedores, pois limita o acesso a plataformas de registro e serviços online disponibilizados pelo governo, como o Portal do Empreendedor. Essa restrição de inclusão digital compromete a autonomia dos empreendedores locais, dificultando atividades essenciais como atualização cadastral, emissão de documentos fiscais e participação em processos de compras públicas. Investimentos em conectividade e capacitação digital são, portanto, essenciais para ampliar o alcance da formalização formal e fortalecer a presença de pequenos negócios no ambiente econômico institucionalizado (Ferraz *et. al*, 2023)

Além disso, A baixa capacitação profissional e o acesso restrito a programas de qualificação aprofundam os desafios enfrentados pelos empreendedores informais, pois níveis educacionais insuficientes e a dificuldade de aprimorar habilidades limitam a capacidade de transformar ideias em negócios sustentáveis. Isso é especialmente crítico em contextos de informalidade persistente, onde a falta de formação profissional e oportunidades de treinamento restringe o desenvolvimento humano e econômico dos trabalhadores informais e dificulta sua transição para a formalidade, agravando os efeitos de exclusão e baixo crescimento dos negócios locais (OECD, 2024).

O difícil acesso a linhas de crédito com condições favoráveis restringe os investimentos necessários para inovação e expansão, limitando o potencial de crescimento dos pequenos negócios em mercados emergentes. Apesar da importância do financiamento para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, existe um déficit estrutural significativo no acesso a crédito, o que exige políticas públicas integradas, mecanismos diferenciados de financiamento e parcerias entre os setores público e privado para promover um ambiente de negócios mais inclusivo e propício ao empreendedorismo (World Bank, 2025).

Por fim, a formalização de MEIs em pequenas cidades pode se beneficiar de estratégias de articulação interinstitucional, que envolvam prefeituras, instituições de ensino, associações comerciais e o terceiro setor. Essas parcerias são fundamentais para o desenvolvimento de programas integrados de capacitação, acesso ao crédito e promoção do empreendedorismo local com foco na formalização. Ao compreender as particularidades socioeconômicas dessas cidades, torna-se possível implementar políticas mais eficazes, que considerem a vocação econômica local e promovam o desenvolvimento sustentável por meio da inclusão produtiva formal (MDS, 2024).

2.4 IMPACTOS ECONÔMICOS E DESAFIOS DA FORMALIZAÇÃO

Segundo os autores Bruhn e McKenzie (2014), a formalização de microempreendimentos gera impactos econômicos relevantes, especialmente no contexto local, ao ampliar a base tributária dos municípios sem exigir aumento das alíquotas fiscais e contribuir para ganhos de produtividade e competitividade. Esses efeitos tendem a favorecer a geração de novos empregos e estimular a circulação de renda na economia local, fortalecendo o desenvolvimento regional de forma mais estruturada e sustentável.

De acordo com o IBGE (2023), dados socioeconômicos consolidam que localidades com maior nível de formalização tendem a apresentar melhores condições no mercado de trabalho, com maior número de empregos formais, maior renda e acesso ampliado a serviços públicos essenciais, como saúde e educação, refletindo um cenário regional mais favorável ao desenvolvimento econômico e social.

Ferreira (2017) também aponta que, para pequenos municípios, a formalização de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) pode ser uma das principais alavancas de desenvolvimento econômico. Nessas localidades, onde as receitas tributárias são limitadas e muitas vezes dependem de transferências estaduais ou federais, a regularização de negócios locais proporciona autonomia financeira e fortalece a capacidade de investimento do governo municipal.

Apesar dos benefícios da formalização, muitos empreendedores resistem ao processo devido à falta de conhecimento sobre seus procedimentos e à percepção de custos altos, o que afeta especialmente micro e pequenos negócios. Políticas públicas que simplifiquem os procedimentos de registro, aliadas à conscientização e ao suporte técnico, são fundamentais para ampliar a adesão à formalização e reduzir a prevalência da economia informal (Telles *et al.*, 2016).

De acordo com a UN CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2024), a formalização de micro e pequenas empresas contribui para fortalecer a economia local ao promover um ambiente de negócios mais justo e transparente que favorece a competitividade das empresas, ampliando sua capacidade de atrair investimentos e participar de mercados mais amplos. Esse processo de integração ao sistema formal está associado à promoção de oportunidades de crescimento sustentável e melhor desempenho institucional das firmas.

Nesse sentido, embora a formalização traga benefícios importantes para microempreendedores, sua eficácia depende de suporte contínuo aos empreendedores frente às exigências legais, fiscais e administrativas do setor formal. Políticas públicas que combinem

simplificação de procedimentos, orientação técnica e capacitação contínua são essenciais para reduzir entraves e ampliar a adesão à formalização. Essa abordagem integrada contribui para a sustentabilidade e resiliência dos negócios formalizados, especialmente em contextos menos desenvolvidos (Campanha *et. al*, 2017).

Entre os principais desafios enfrentados pelos empreendedores, especialmente os que migraram da informalidade, está a dificuldade de compreender e cumprir as obrigações do setor formal, como emissão de notas fiscais, pagamento de tributos e adequação às normas de fiscalização. Essa falta de orientação e suporte técnico é apontada como um fator que compromete a sustentabilidade dos pequenos negócios formalizados, podendo levar à desmotivação e até mesmo ao retorno à informalidade (Rodrigues *et al.*, 2025).

Estudos que avaliam o papel dos serviços de apoio às pequenas e médias empresas, a assistência técnica, incluindo consultorias especializadas em gestão, marketing e estratégias de crescimento, proporciona suporte essencial para aprimorar processos internos e ampliar a atuação no mercado. Paralelamente, programas de capacitação, como workshops e cursos, fortalecem as competências empresariais necessárias à condução eficaz dos negócios, enquanto o apoio financeiro contribui para o acesso a linhas de crédito favoráveis, impulsionando investimentos e a sustentabilidade das empresas. Esses serviços de apoio empresarial têm sido associados a melhorias no desempenho das firmas, incluindo maior produtividade e capacidade de criação de empregos (Gonzalez *et al.*, 2013).

Nesse contexto, a criação de redes de apoio e de programas de acompanhamento pós-formalização mostra-se essencial para assegurar a permanência dos empreendedores no mercado formal, potencializando seus efeitos positivos sobre o emprego, a renda e o desenvolvimento da economia local.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta, de forma detalhada, os procedimentos metodológicos adotados para a condução da pesquisa intitulada “Desafios e Impactos da Formalização de MEIs no Desenvolvimento Econômico e Social”, cujo foco empírico é o município de Guarabira, localizado no estado da Paraíba. A definição da metodologia é parte essencial da estrutura do trabalho acadêmico, pois permite delinear o caminho pelo qual os objetivos traçados serão alcançados com rigor e coerência científica.

A presente pesquisa parte da premissa de que a formalização dos microempreendedores individuais é um fenômeno complexo e abrangente, influenciado por aspectos institucionais, culturais, econômicos e de gestão. Assim, busca-se investigar os obstáculos enfrentados pelos empreendedores durante o processo de formalização e os impactos concretos dessa formalização sobre o desenvolvimento local, com especial atenção ao papel desempenhado pela gestão pública, pelas políticas de fomento e pelas redes de apoio institucional.

Para responder aos objetivos da pesquisa — especialmente à análise dos desafios, impactos e potencialidades da formalização dos MEIs — optou-se por uma abordagem metodológica que concilia elementos qualitativos e quantitativos, visando tanto a profundidade analítica quanto a objetividade na descrição dos dados. Esse modelo de investigação mista possibilita uma leitura mais completa do fenômeno em estudo, considerando simultaneamente os dados estatísticos disponíveis e as narrativas dos sujeitos diretamente envolvidos no processo de formalização e gestão empreendedora.

Por fim, a metodologia aqui descrita ancora-se na literatura científica, especialmente nos campos da Administração Pública, Gestão Comercial, Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional, utilizando métodos de aplicação de questionário, realização de entrevistas, análise de conteúdo e levantamento de dados documentais de modo a conferir ao trabalho consistência, validade e relevância acadêmica e prática.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, com elementos quantitativos descritivos, visto que busca compreender e interpretar os desafios enfrentados pelos microempreendedores individuais no processo de formalização, bem como os impactos dessa formalização na dinâmica econômica e social local. A abordagem qualitativa é adequada para captar percepções, motivações e experiências dos sujeitos envolvidos (Minayo, 2014),

enquanto a abordagem quantitativa permite descrever e mensurar variáveis, identificar correlações e estabelecer indicadores que possibilitam uma análise mais objetiva e generalizável dos fenômenos estudados.

O estudo utilizou o método survey, adequado para analisar fenômenos contemporâneos em contextos reais e pouco delimitados. Essa técnica quantitativa coleta dados de grupos de indivíduos, permitindo examinar opiniões, comportamentos e características demográficas, além de possibilitar a compreensão da complexidade e singularidades da situação investigada (Babbie, 2001).

Dessa forma, a escolha desse método permitiu captar as nuances das experiências vivenciadas pelos empreendedores, além de analisar a atuação das políticas públicas e dos mecanismos de gestão voltados ao incentivo à formalização. Dessa, foi possível construir uma análise contextualizada, fundamentada em dados qualitativos e alinhada aos objetivos específicos da pesquisa.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio das fontes como SEBRAE, IBGE, e bases de dados governamentais sobre o número de MEIs formalizados na região em questão.

Complementando a análise documental, a pesquisa empregou questionário semiestruturado e entrevistas como técnicas de coleta de dados primários, com o objetivo de aprofundar a compreensão do fenômeno a partir das experiências vivenciadas pelos microempreendedores. Conforme destaca Minayo (2014), as entrevistas são instrumentos valiosos para acessar informações ricas e detalhadas, mas demandam planejamento cuidadoso e observância de aspectos éticos. Para assegurar a fidedignidade das informações, todas as entrevistas foram gravadas, digitalizadas e posteriormente compiladas para análise.

Nesse sentido, todos os participantes da pesquisa foram previamente informados sobre os objetivos do estudo, tendo sua participação assegurada de forma voluntária e com garantia de anonimato. Os dados obtidos foram tratados com confidencialidade, sendo utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, em conformidade com os preceitos éticos da pesquisa científica.

Para a coleta das informações, foi utilizado um questionário semiestruturado aplicado a uma amostra de 100 microempreendedores individuais formalizados. As perguntas abrangeram aspectos relacionados à evolução dos negócios após a formalização, os impactos na geração de

empregos e a contribuição dos empreendimentos para o desenvolvimento socioeconômico local.

3.3 LOCAL DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada no município de Guarabira, localizado no estado da Paraíba, região Nordeste do Brasil. Com uma economia em expansão e forte presença do setor de comércio e serviços, Guarabira destaca-se como um polo regional de desenvolvimento, reunindo um número expressivo de MEIs. A escolha desse município justifica-se pela sua relevância socioeconômica no contexto estadual, o que o torna um ambiente propício para investigar os impactos e desafios da formalização na promoção do desenvolvimento econômico e social local.

O município de Guarabira apresenta cerca de 57 484 habitantes e um PIB per capita de R\$ 30 143,08 (IBGE, 2022). Esses indicadores refletem um cenário socioeconômico relevante para estudos voltados ao desenvolvimento regional, especialmente no que se refere ao empreendedorismo local.

Nesse contexto, Guarabira se destaca por um forte espírito empreendedor, embora enfrente limitações econômicas e estruturais. Essas características tornam o município um ambiente propício para a análise dos impactos da formalização de MEIs. Políticas públicas e iniciativas que incentivem esse processo podem promover inclusão produtiva, geração de renda e fortalecimento da economia local, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Na análise dos dados, foi realizada a consolidação das informações coletadas por meio de entrevistas digitalizadas e gravadas, visando integrar os dados primários com os secundários, como as estatísticas de formalização de MEIs, além das políticas públicas locais voltadas ao incentivo à formalização. Esse processo permitiu comparar os dados obtidos no campo com as informações existentes, proporcionando uma visão mais abrangente sobre os desafios e as oportunidades da formalização empresarial na região analisada.

A redação dos resultados abordou, de maneira detalhada, os principais desafios enfrentados pelos empreendedores durante o processo de formalização, os benefícios percebidos após a adesão ao regime formal e as recomendações propostas pelos respondentes.

Neste trabalho, a análise crítica foi realizada a partir da revisão bibliográfica que aborda os fatores que influenciam a formalização e as políticas públicas, bem como dos dados empíricos coletados na pesquisa. Com essa abordagem, foi possível identificar as lacunas presentes nas políticas públicas locais e propor soluções efetivas que facilitem o processo de formalização para os microempreendedores.

Essa análise não apenas buscou evidenciar as dificuldades do processo de formalização, mas também forneceu percepções sobre as práticas mais eficazes e as possíveis melhorias a serem implementadas, promovendo um debate enriquecedor sobre as políticas públicas de incentivo à formalização e seu impacto no desenvolvimento econômico e social da região.

Os tópicos abordados no questionário (Apêndice) foram apresentados considerando três temas centrais da pesquisa, sendo realizada, como mencionado acima a entrevista digitalizada e gravada. O primeiro tema concentrou-se em obter dados sobre “Perfil do Microempreendedor e Tempo de Formalização”, buscando compreender as características fundamentais dos empreendedores individuais atuantes na região de Guarabira, considerando o tipo de atividade econômica exercida e o período de tempo em que estão formalizados como MEI. Essas informações são importantes para identificar padrões de inserção no mercado formal e os setores mais representativos da economia local.

Além disso, o tempo de formalização permite avaliar o grau de maturidade dos negócios e sua possível consolidação no mercado, contribuindo para a análise da estabilidade e continuidade dos empreendimentos. Compreender esse perfil possibilita um diagnóstico mais preciso sobre as necessidades, desafios e potencial de desenvolvimento dos microempreendedores locais, servindo de base para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

O primeiro tema concentrou-se em obter dados sobre “formalização”, abrangendo questões relativas ao conhecimento dos empreendedores sobre o processo de formalização e ao funcionamento do Simples Nacional. Nesse tópico, foram investigadas as barreiras enfrentadas durante a formalização, tais como burocracia, custos elevados e dificuldades no acesso à informação, bem como a percepção acerca dos benefícios que essa regularização pode proporcionar, como o acesso facilitado a linhas de crédito, a participação em licitações públicas e a obtenção de maior segurança jurídica.

Em seguida, o questionário abordou o tema "Gestão Financeira e Acesso ao Crédito" abordou aspectos fundamentais para a sustentabilidade e o crescimento dos MEIs, com foco nas práticas de controle financeiro, no uso de ferramentas de gestão e na disponibilidade de crédito formal. A análise deste tema permitiu compreender como os MEIs lidam com os

desafios financeiros cotidianos, incluindo a utilização (ou não) de softwares e instrumentos de controle, o conhecimento sobre linhas de crédito disponíveis e as barreiras enfrentadas para acessá-las, como altas taxas de juros, burocracia e exigência de garantias. Além disso, avaliou-se o papel do apoio institucional na promoção da educação financeira e na viabilização de condições mais favoráveis de financiamento. Esses elementos foram usados para diagnosticar as fragilidades existentes na gestão dos negócios, propondo ações que ampliem o acesso ao crédito e fortalecendo a capacidade de planejamento financeiro dos empreendedores locais.

Por fim, o tema “Políticas Públicas, Formalização e Impactos Econômicos” concentrou-se na análise das ações governamentais voltadas ao estímulo da formalização de MEIs e seus efeitos práticos no desenvolvimento socioeconômico local. Por meio das respostas ao questionário, buscou-se compreender o grau de acesso dos empreendedores aos programas de apoio existentes, como o Simples Nacional, capacitações, linhas de crédito e iniciativas de desburocratização, bem como as barreiras que ainda persistem no processo de formalização, como a falta de orientação adequada e a burocracia excessiva. Além disso, este tema permite avaliar de forma qualitativa e quantitativa os impactos gerados pela formalização — como o crescimento do negócio, a geração de empregos e o acesso a novos mercados — e quais melhorias nas políticas públicas poderiam ampliar esses efeitos positivos em Guarabira.

Esses tópicos foram estruturados de maneira integrada permitindo uma análise abrangente dos desafios e das oportunidades enfrentadas pelos pequenos negócios, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de apoio que potencializem o crescimento econômico e social de regiões menos desenvolvidas. A elaboração de recomendações e sugestões no contexto da pesquisa sobre a formalização de MEIs na cidade de Guarabira fundamentou-se nas percepções e experiências obtidas através dos dados do questionário, bem como na análise cruzada dos dados obtidos do questionário com os dados mapeados na literatura.

A pesquisa envolveu 100 empreendedores formalizados como MEIs de diversos segmentos, como comércio, serviços e indústria. Para garantir a consistência e relevância dos dados coletados, foram definidos critérios rigorosos de inclusão e exclusão dos participantes, ou seja, apenas empreendedores formalizados da região foram considerados, sendo excluídos aqueles que se formalizaram em menos de seis meses, considerando o período da pesquisa ou que não atuam diretamente no município de Guarabira.

Além do questionário aplicado, foram utilizadas outras fontes de dados como o SEBRAE, IBGE sobre a formalização de empresas na região. Tanto os dados obtidos com base nas respostas dos participantes quanto nas fontes documentais foram consolidados utilizando o

Excel (com complementos como *Analysis ToolPak*), escolhido como recurso acessível para análises estatísticas básicas.

Essa abordagem metodológica estruturada buscou contribuir para o rigor da pesquisa ao reunir as percepções locais e dados empíricos a fim de propor soluções práticas e sustentáveis para os desafios enfrentados no processo de formalização.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

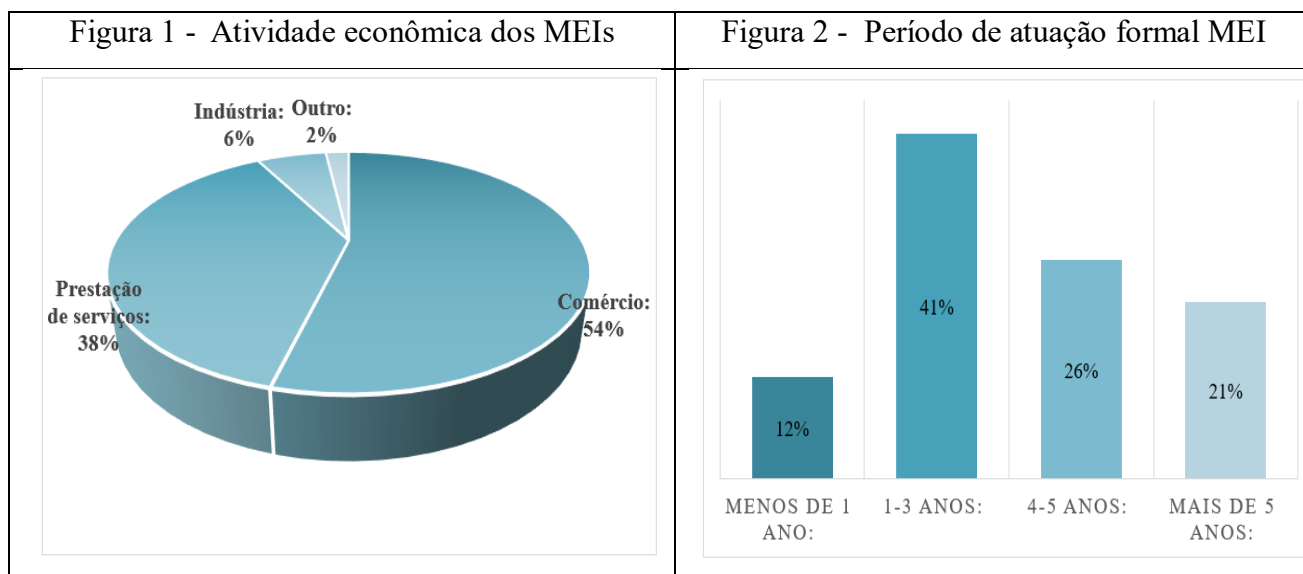
A presente seção apresenta os principais resultados obtidos com base nos dados coletados junto aos MEIs do município de Guarabira, considerando as respostas obtidas por meio do questionário e pelas informações extraídas de bases oficiais. A análise foi estruturada a partir dos objetivos específicos da pesquisa, buscando compreender os desafios enfrentados no processo de formalização, os impactos econômicos e sociais percebidos após a formalização, bem como o papel das políticas públicas no estímulo à regularização desses empreendedores.

Para o percurso desta pesquisa, foi aceita como hipótese de pesquisa que a formalização de MEIs, quando apoiada por políticas públicas pode contribuir de forma significativa para o fortalecimento econômico e social em regiões menos desenvolvidas. Essa hipótese pressupõe que o ingresso desses empreendimentos no mercado formal não só gera empregos formais e aumenta a arrecadação de impostos, como também amplia o acesso ao crédito e ao mercado, conferindo-lhes maior competitividade e sustentabilidade a longo prazo.

Com o intuito de verificar a hipótese proposta e aprofundar a compreensão sobre a realidade dos MEIs, foi realizada uma análise de forma sistemática, permitindo a identificação de padrões, desafios e percepções que contribuíram para a discussão dos resultados à luz dos objetivos da pesquisa. Nesse sentido, os dados coletados foram organizados de acordo com os três eixos centrais definidos nos objetivos específicos: (a) os efeitos da formalização sobre o emprego, a arrecadação e o acesso ao crédito; (b) os principais obstáculos enfrentados pelos MEIs no processo de formalização; e (c) o papel das políticas públicas de incentivo à formalização no desenvolvimento econômico e social local. A seguir, os resultados são apresentados conforme essa estrutura analítica, possibilitando uma abordagem direcionada e coerente com a proposta da pesquisa.

4.1 IMPACTOS DA FORMALIZAÇÃO NO DESEMPENHO DA REGIÃO

A formalização do MEI representa um importante passo rumo à regularização econômica, ao fortalecimento da arrecadação tributária e à ampliação de oportunidades no mercado formal de trabalho. Dessa forma, foram analisados os efeitos da formalização sobre o acesso ao crédito, a gestão financeira, o crescimento do negócio e, indiretamente, os reflexos na geração de emprego e no desenvolvimento econômico local. Para compreender melhor esses efeitos, tornou-se necessário observar o perfil dos microempreendedores e o tempo de formalização, permitindo identificar padrões e relações entre essas variáveis (Figuras 1 e 2).

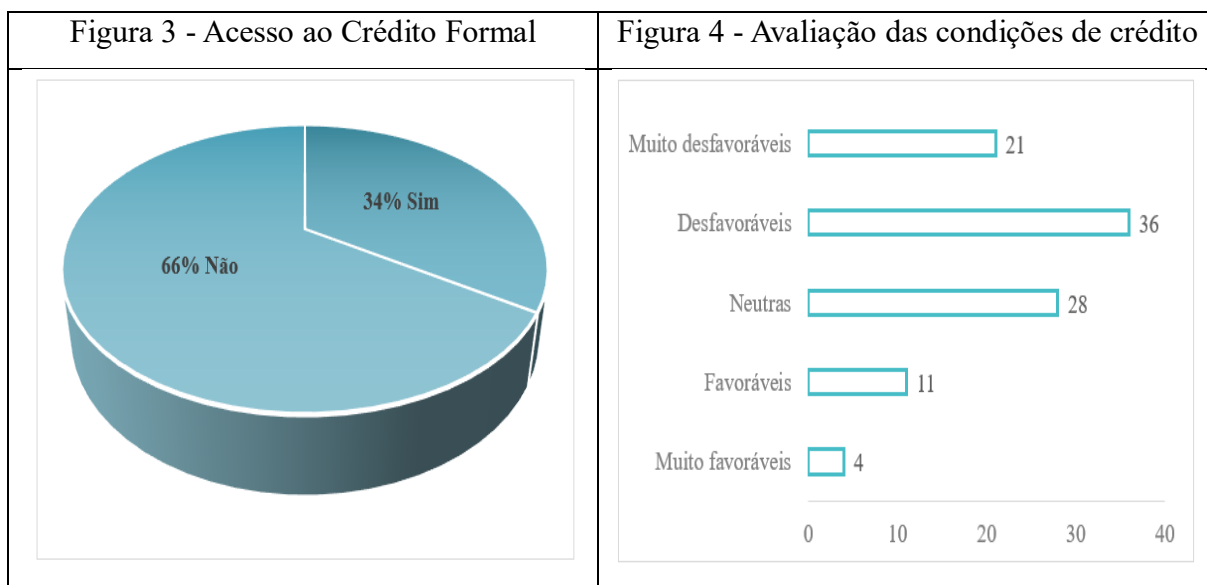


Fonte: Elaborado pelo próprio autor

De acordo com a Figura 1, observa-se que a maioria dos MEIs atua no setor do comércio, destacando-se lojistas de vestuário, cosméticos, alimentos e bebidas. No segmento de serviços, prevalecem atividades como cabeleireiros, manicures, pedreiros e técnicos de informática. Esse cenário está alinhado ao perfil econômico local, no qual estabelecimentos varejistas, salões de beleza, lanchonetes e prestadores de serviços ocasionais se destacam entre os principais responsáveis pelo processo de formalização. O comércio, que representa 54% dos negócios formalizados, confirma-se como a base da economia de Guarabira, refletindo o dinamismo do setor varejista no município. Por sua vez, a significativa participação do setor de serviços (38%) evidencia um potencial de diversificação e expansão para novos empreendimentos.

Aprofundando as características desses MEIs, a Figura 2 evidencia que a maior parte dos MEIs de Guarabira encontra-se formalizada entre 1 e 3 anos (41%), seguida daqueles com 4 a 5 anos de formalização (26%) e mais de 5 anos (21%). Apenas 12% dos microempreendedores estão formalizados há menos de 1 ano, o que indica que o processo de adesão ao regime já está consolidado no município, com predominância de negócios que ultrapassaram a fase inicial de adaptação. Esse cenário sugere certa estabilidade do perfil empreendedor local, em que a formalização tende a se manter ao longo do tempo, ainda que desafios de continuidade possam existir.

Após mapeamento do perfil dos MEIs em Guarabira, foram analisados o acesso ao crédito formal e a avaliação das condições de financiamento, conforme evidenciado nas Figuras 3 e 4.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

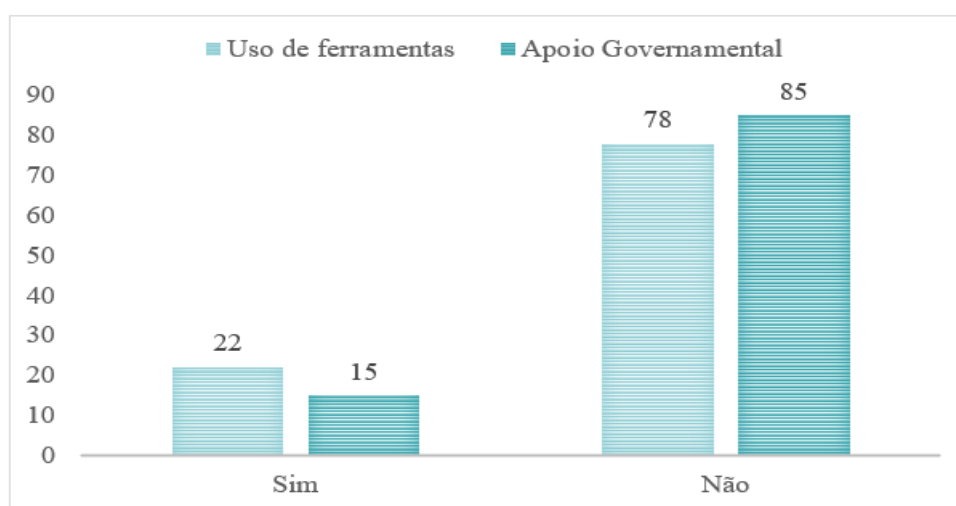
A maioria dos entrevistados relatou dificuldade para conseguir crédito mesmo após a formalização (Quadro 1). Apenas 34% têm acesso a crédito, 66% ainda não conseguiram (Figura 3). O número mostra que, mesmo formalizados, muitos MEIs não conseguem linhas adequadas. A prefeitura de Guarabira implementou emissão de NFS-e e a Semana do MEI reforçou acesso e obrigações, mas o acesso ao crédito formal continua limitado. Esse dado é ratificado ao analisarmos a avaliação das condições de crédito para MEIs sobre a ótica do custo e da taxa de juros ofertada pelos bancos (Figura 4).

A análise das condições de crédito para MEIs em Guarabira, em termos absolutos, permite observar o impacto direto sobre o número de empreendedores. Dos 100 microempreendedores pesquisados, apenas 4 classificaram as condições como muito favoráveis e 11 como favoráveis, totalizando 15 MEIs com percepção positiva. Um grupo de 28 empreendedores avaliou as condições como neutras, indicando que não perceberam grandes vantagens nem dificuldades. Por outro lado, 36 MEIs consideraram as condições desfavoráveis e 21 muito desfavoráveis, representando 57 microempreendedores que enfrentam limitações relacionadas a custos e taxas de juros. Esses números evidenciam que, embora o crédito formal esteja disponível, mais da metade dos MEIs percebe suas condições como pouco atrativas, o que pode restringir investimentos e o crescimento dos negócios, reforçando a necessidade de políticas e iniciativas financeiras mais acessíveis para o público empreendedor local.

Aprofundando a análise, investigou-se o aspecto gerencial e apoio externo aos MEIs, considerando tanto o uso de ferramentas de gestão quanto a disponibilidade de apoio governamental. Conforme evidenciado na Figura 5, apenas 22% dos microempreendedores

utilizam ferramentas que poderiam otimizar a administração de seus negócios, enquanto a maioria, 78%, não faz uso desses recursos. De forma semelhante, apenas 15% dos MEIs recebem algum tipo de apoio governamental, deixando 85% sem acesso a incentivos ou programas de fomento. Esses dados indicam que, apesar da formalização consolidada observada anteriormente, grande parte dos empreendedores opera com recursos limitados de gestão e sem suporte institucional, o que pode dificultar a tomada de decisões estratégicas, o crescimento sustentável e a competitividade dos microempreendimentos no município. Essa lacuna evidencia a necessidade de políticas públicas e iniciativas de capacitação voltadas para fortalecer a gestão e ampliar o acesso a instrumentos de apoio formal para os MEIs locais.

Figura 5 - Gestão e Suporte Externo dos MEIs de Guarabira



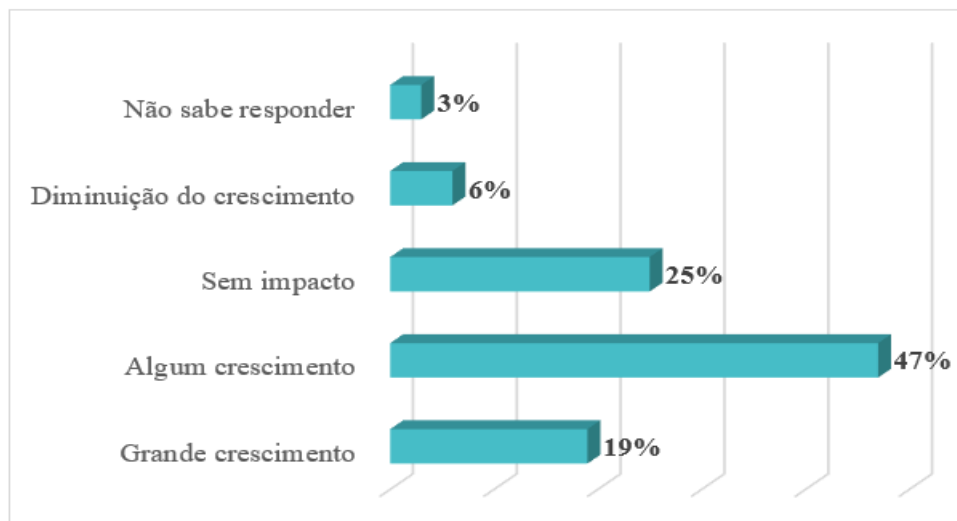
Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Adicionalmente é possível verificar que ainda há baixa adesão a ferramentas digitais de gestão, o que dificulta o planejamento financeiro. Embora o Sebrae PB promova cursos de gestão financeira, a baixa adoção de ferramentas sugere necessidade de ampliar orientações e suportes como o curso de 15h realizado na agência local. Além disso, a ausência de suporte técnico contínuo contribui para a vulnerabilidade financeira dos MEIs, apesar da oferta de cursos, muitos MEIs ainda não acessam capacitações, o que prejudica a organização financeira e a identificação de oportunidades de financiamento.

Para compreender com maior precisão o impacto da formalização de MEIs no município de Guarabira, a Figura 6 apresenta a percepção dos MEIs de Guarabira em relação ao crescimento de seus negócios após a formalização. A visualização permite identificar se a adesão ao regime do MEI contribuiu efetivamente para a expansão das atividades, aumento de

clientes, faturamento ou oportunidades de investimento.

Figura 6 – Percepção de Crescimento dos MEIs de Guarabira



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Observa-se na Figura 6 que a maioria dos empreendedores percebeu resultados positivos: 19% relataram um grande crescimento e 47% identificaram algum crescimento, totalizando 66% dos respondentes que experimentaram expansão em suas atividades. Em contrapartida, 25% afirmaram que a formalização não teve impacto significativo sobre o desenvolvimento do negócio, enquanto apenas 6% perceberam uma diminuição no crescimento. Um pequeno percentual de 3% declarou não saber responder. Esses dados indicam que, embora a formalização do MEI tenha efeito positivo para a maioria, ainda existem desafios que impedem uma parcela dos empreendimentos de alcançar ganhos expressivos.

Adicionalmente, esse dado pode indicar a necessidade de políticas públicas mais bem direcionadas à realidade local, com foco em capacitação, acesso ao crédito e estímulo ao empreendedorismo sustentável. Além disso, reforça-se a importância de ações interinstitucionais que considerem as vocações econômicas da região, ampliando o alcance e a efetividade das iniciativas voltadas aos MEIs.

4.2 OBSTÁCULOS NO PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO

Para compreender os principais desafios enfrentados pelos microempreendedores no processo de formalização, foram investigados aspectos relacionados às barreiras burocráticas, à carência de orientação adequada, às dificuldades financeiras e ao acesso restrito ao crédito.

Além disso, buscou-se identificar percepções negativas associadas à formalização, que podem atuar como desestímulo à regularização dos negócios. A análise das respostas obtidas permitiu revelar os entraves estruturais enfrentados pelos MEIs de Guarabira e as limitações no suporte institucional e a necessidade de políticas mais eficazes de incentivo à formalização.

A análise das barreiras enfrentadas pelos microempreendedores pode ser melhor compreendida a partir da Figura 7, que trata especificamente das barreiras à formalização, e da Figura 8, que aborda as barreiras ao crédito. No que diz respeito à formalização, destacam-se a falta de orientação adequada (41%), a burocracia excessiva (33%) e a escassez de recursos financeiros (21%), fatores que dificultam o processo de registro e a consolidação dos MEIs. Já em relação ao crédito, observam-se barreiras ainda mais expressivas, como as altas taxas de juros (36%), as exigências burocráticas (29%) e a pouca informação sobre as linhas de crédito disponíveis (15%), além da falta de garantias (12%). Esses entraves revelam um cenário em que os empreendedores, mesmo após se formalizarem, enfrentam dificuldades para acessar recursos financeiros em condições favoráveis, o que os leva muitas vezes a recorrer a fontes alternativas ou a autofinanciamento. Dessa forma, tanto as barreiras à formalização quanto ao crédito reforçam a necessidade de maior apoio institucional, políticas públicas eficazes e programas de capacitação que ampliem o conhecimento e facilitem a inclusão produtiva dos MEIs.

Figura 7 – Barreiras à Formalização dos MEIs

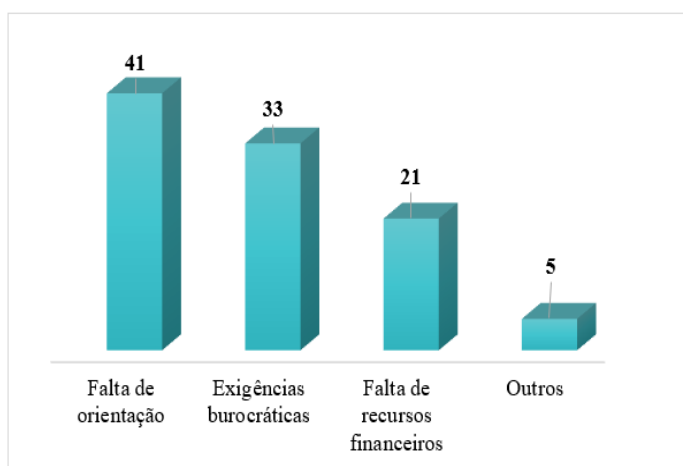
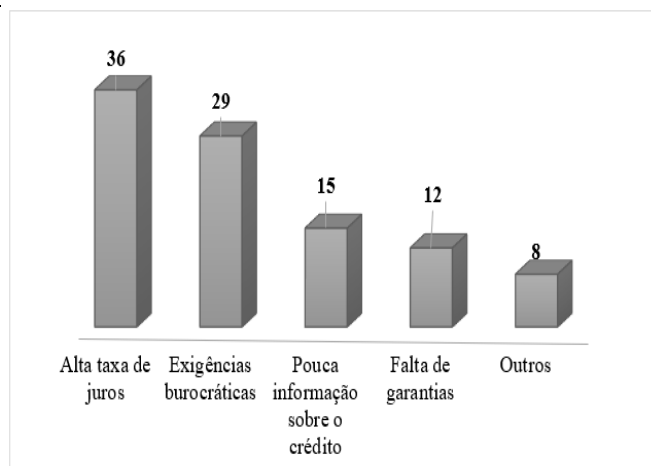


Figura 8 – Barreiras ao Acesso ao Crédito



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Sobre as dificuldades financeiras e acesso restrito a crédito, o Quadro 1 sintetiza os principais desafios enfrentados pelos MEIs de Guarabira na dimensão financeira, revelando

entraves tanto no acesso a crédito formal quanto na gestão dos recursos disponíveis. Os dados mostram que a formalização não garante inclusão financeira, já que a maioria dos empreendedores permanece excluída do sistema bancário tradicional por não atender às exigências de garantias, histórico de crédito ou regularidade fiscal. Além disso, a percepção negativa sobre os custos e taxas de juros, considerada desfavorável por 57% dos respondentes, contribui para o desestímulo à busca de financiamento, reforçando um ciclo de exclusão e subfinanciamento. Soma-se a isso o peso das barreiras estruturais, como burocracia excessiva, falta de informação e ausência de garantias, que dificultam ainda mais o acesso ao capital de giro e aos investimentos necessários para o crescimento. Por fim, evidencia-se a fragilidade do apoio externo à gestão financeira, uma vez que a maioria dos microempreendedores não dispõe de suporte técnico ou educacional para aprimorar seu planejamento e administração. Esse conjunto de dificuldades demonstra a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes, linhas de crédito diferenciadas e programas de capacitação financeira que fortaleçam a sustentabilidade e a competitividade dos MEIs locais.

Quadro 1– Dificuldades Financeiras e Acesso Restrito ao Crédito

Dificuldades	Dados Interpretativos	Análise Crítica
Acesso a crédito formal após formalização como MEI	Dois terços dos entrevistados não conseguiram acessar crédito formal mesmo após a formalização, revelando um dos principais entraves ao crescimento do MEI.	Esse resultado evidencia que a formalização, embora seja um passo importante para a regularização do negócio, não é suficiente para garantir a inclusão financeira. O sistema bancário tradicional ainda opera com exigências incompatíveis com a realidade dos microempreendedores, como histórico de crédito robusto, garantias reais e documentação fiscal regular. Isso perpetua a marginalização financeira dos MEIs, limitando sua capacidade de expandir ou sobreviver a crises econômicas.
Percepção sobre condições de crédito (custos e taxas de juros)	A maior parte dos MEIs (57%) avalia negativamente as condições de crédito, o que pode gerar desestímulo à busca por financiamento, mesmo em situações emergenciais.	A percepção negativa do crédito como caro e desvantajoso revela um desalinhamento entre a política de financiamento e o perfil socioeconômico dos microempreendedores. Essa situação cria um ciclo de exclusão, no qual os MEIs evitam o crédito por receio de endividamento, limitando sua capacidade de investir e crescer. A ausência de linhas específicas com juros subsidiados, prazos flexíveis e menor risco agrava o problema e reforça a informalidade nas operações financeiras.
Dificuldades	Os principais entraves são	As barreiras estruturais ao crédito apontam para falhas

Dificuldades	Dados Interpretativos	Análise Crítica
enfrentadas ao buscar crédito ou financiamento	estruturais: o custo elevado do crédito e a burocracia, além da carência de informações e garantias, dificultando o acesso ao capital.	sistêmicas nas políticas públicas de apoio ao empreendedorismo. O excesso de burocracia e a falta de informação demonstram que muitos MEIs sequer compreendem as etapas para acessar crédito ou não têm condições de atender às exigências impostas. Isso requer a criação de estratégias de microfinanças orientadas, associadas a educação financeira e a políticas de simplificação de processos bancários, especialmente para áreas economicamente vulneráveis.
Apoio externo à gestão financeira (governamental ou privado)	A maioria dos microempreendedores não conta com nenhum suporte técnico ou educacional, o que fragiliza a administração financeira do negócio e o planejamento	A carência de apoio externo revela um vácuo de assistência técnica na base da pirâmide empreendedora. A ausência de programas regulares de capacitação financeira, consultorias e parcerias institucionais torna os MEIs mais vulneráveis a falhas de gestão, endividamento e encerramento precoce das atividades. É fundamental que iniciativas públicas (como o Sebrae, universidades e bancos públicos) e privadas sejam articuladas para fornecer acompanhamento contínuo e gratuito, adaptado à realidade local dos empreendedores.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

No tocante às percepções negativas sobre a formalização o Quadro 2 evidencia que a formalização, embora importante, não tem correspondido plenamente às expectativas dos microempreendedores de Guarabira. Um terço dos entrevistados relatou não perceber efeitos positivos da formalização no crescimento do negócio, o que pode gerar frustração e desestímulo em manter a regularização ativa. Soma-se a isso a percepção majoritariamente negativa sobre as condições de crédito e financiamento, apontada por mais da metade dos respondentes, reforçando a ideia de que a formalização não traz benefícios práticos em termos de inclusão financeira.

Quadro 2 – Percepções Negativas sobre a Formalização entre MEIs

Aspecto Investigado	Dados Interpretativo	Discussão
Impacto percebido da formalização no crescimento do negócio	Um terço dos entrevistados não percebeu efeitos positivos, o que pode gerar frustração e desmotivação em manter-se formalizado.	Segundo Campos, Goldstein e McKenzie (2023) a expectativa de que a formalização por si só gere benefícios imediatos muitas vezes não se concretiza, sobretudo em regiões onde faltam políticas

Aspecto Investigado	Dados Interpretativo	Discussão
		complementares de capacitação e apoio técnico.
Percepção sobre condições de crédito e financiamento	Mais da metade dos MEIs enxerga as condições de crédito como ruins, o que reforça a sensação de que a formalização não traz vantagens práticas nesse aspecto.	Berkel (2025) enfatiza que a formalização não garante acesso facilitado ao sistema financeiro, sendo necessário criar políticas específicas de crédito que considerem as fragilidades do MEI.
Dificuldades percebidas no acesso a crédito após formalização	A vivência de entraves burocráticos e altos custos alimenta a ideia de que a formalização impõe encargos sem oferecer contrapartidas significativas.	Lima e Silva (2022) destaca que, mesmo programas de simplificação como o Simples Nacional ainda apresentam entraves que impactam negativamente a experiência do pequeno empresário.
Falta de suporte percebido à gestão financeira	A ausência de suporte técnico reforça a percepção de abandono institucional, contribuindo para o descrédito com os benefícios da formalização.	Pizza <i>et al.</i> (2016), enfatizam a necessidade de um ecossistema de suporte contínuo para a sustentabilidade desses negócios.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Entre as propostas levantadas, destaca-se a necessidade de melhorias no ambiente de negócios, como a simplificação dos processos burocráticos, a ampliação do acesso a linhas de crédito e a implementação de políticas de incentivo fiscal que favoreçam a competitividade e sustentabilidade dos pequenos negócios. Além disso, os empreendedores sugeriram a criação de programas de capacitação técnica e gerencial, que ofereçam orientações práticas sobre formalização, gestão financeira e adaptação às exigências legais.

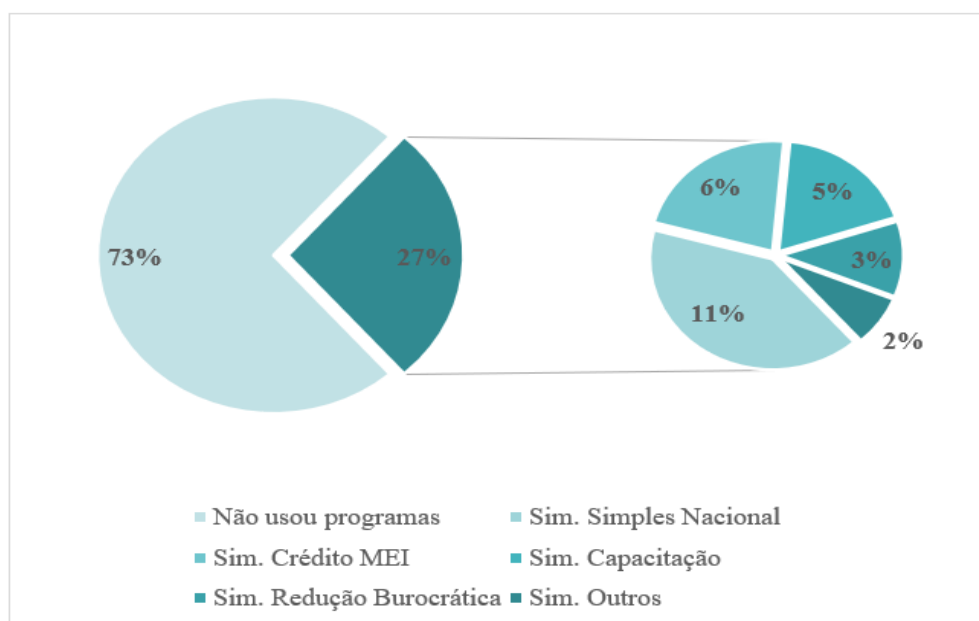
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Com o intuito de compreender a efetividade das políticas públicas voltadas aos microempreendedores individuais no município de Guarabira-PB, esta etapa da pesquisa investigou aspectos relacionados à participação dos MEIs em programas de apoio promovidos por instituições públicas e privadas, à percepção sobre quais políticas têm sido mais eficazes no suporte ao desenvolvimento dos seus negócios, bem como às sugestões apontadas pelos próprios empreendedores para o aprimoramento das iniciativas governamentais em nível local. As respostas permitiram identificar avanços e lacunas na implementação das políticas, oferecendo subsídios relevantes para o fortalecimento das ações de fomento ao

microempreendedorismo na região.

Em relação a participação e benefícios em programas de apoio, a maioria dos respondentes desconhece ou nunca acessou programas como os oferecidos pelo Sebrae ou pela Prefeitura, sendo que apenas 27% usaram programas locais. Apesar das iniciativas como a Semana do MEI e orientações para emissão de notas fiscais, há necessidade de melhor divulgação e alcance dessas ações (Figura 9).

Figura 9 - Participação dos MEIs em Programas de Apoio e Benefícios Locais



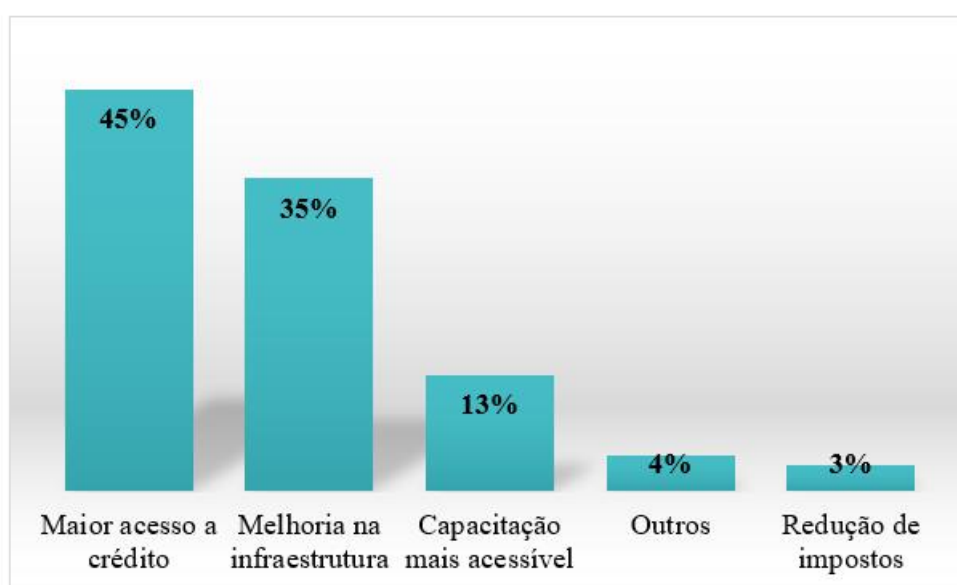
Fonte: Elaborado pelo próprio autor

O Simples Nacional (11%) e Programa Crédito para MEI (6%) foram os recursos mais citados como facilitadores. A redução de impostos e a oferta de treinamentos locais por meio do Sebrae têm se mostrado estratégias eficazes para promover a sustentabilidade e o fortalecimento dos negócios locais.

Como sugestões dos empreendedores para aprimoramento das políticas locais, os dados (Figura 10) evidenciam uma demanda significativa por medidas que facilitem o acesso ao crédito, apontada por 45% dos respondentes. Esse resultado reforça a necessidade de linhas de financiamento mais adaptadas à realidade dos microempreendedores, com taxas de juros reduzidas, prazos flexíveis e menores exigências burocráticas. Em seguida, 35% dos participantes destacaram a importância de melhorias na infraestrutura, incluindo espaços físicos adequados, serviços básicos e suporte logístico, fatores que impactam diretamente na eficiência e competitividade dos negócios. A oferta de capacitação mais acessível foi mencionada por

13% dos entrevistados, indicando interesse por cursos, treinamentos e orientações práticas que fortaleçam a gestão e a sustentabilidade das atividades. Por fim, uma parcela menor sugeriu outras medidas (4%) e a redução de impostos (3%), sinalizando preocupações complementares relacionadas à desburocratização e à diminuição de encargos financeiros para viabilizar a manutenção e expansão dos empreendimentos. Esses apontamentos fornecem subsídios importantes para o planejamento de políticas públicas mais efetivas e alinhadas às necessidades concretas dos microempreendedores.

Figura 10 – Sugestões dos MEIs para aprimoramento de políticas locais



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

4.4 SÍNTESES DOS RESULTADOS

A análise dos dados obtidos por meio do questionário, em consonância com iniciativas locais promovidas por instituições como o Sebrae/PB e a Prefeitura Municipal de Guarabira, permite consolidar algumas evidências relevantes sobre o cenário MEIs no município.

Dentre os principais achados, destacam-se: a efetividade dos programas de capacitação, como os cursos de gestão financeira e ações voltadas ao empreendedorismo durante a Semana do MEI, que foram amplamente reconhecidos pelos participantes como instrumentos capazes de fortalecer a gestão e a sustentabilidade dos negócios locais (SEBRAE, 2023; Prefeitura de Guarabira, 2024); e a adoção de ferramentas digitais, como a emissão de nota fiscal eletrônica, que vem sendo gradualmente implementada com apoio da prefeitura, embora ainda demande

maior suporte técnico, capacitação e acessibilidade para garantir sua plena utilização por parte dos MEIs.

Assim, os dados confirmam a eficiência das ações locais já existentes, mas também indicam lacunas que precisam ser supridas com mais programas de crédito a juros reduzidos, aumento de capacitações locais e parcerias institucionais para fortalecer os MEIs. A análise dos resultados da pesquisa revelou mais do que dados quantitativos; ela representa uma importante fonte de reconhecimento das dimensões sociais, econômicas e institucionais que moldam a realidade vivenciada pelos microempreendedores individuais. A formalização como MEI, para muitos, representou um passo decisivo rumo à legalidade, à autonomia financeira e à busca por valorização de seu trabalho muitas vezes invisibilizado no mercado informal.

Com base nesse panorama, é possível organizar a discussão em três eixos complementares que aprofundam a compreensão do papel dos MEIs no contexto local. Esses pontos permitem destacar como os microempreendedores vêm sendo reconhecidos como agentes de transformação, como os dados da pesquisa contribuem para sua valorização e quais os avanços e desafios ainda existentes no processo de reconhecimento institucional e social.

4.4.1 Reconhecimento dos MEIs como agentes de transformação local

Ao responderem sobre suas atividades, desafios e percepções, os MEIs reafirmaram sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico local. Em Guarabira, o comércio e os serviços movimentam grande parte da economia urbana, e os dados coletados reforçam o papel desses empreendedores como atores econômicos essenciais para a circulação de renda, geração de empregos indiretos e abastecimento de nichos de mercado.

Esse levantamento permitiu reconhecer que:

- a) Os MEIs não apenas movimentam a economia, mas também são responsáveis pela diversificação dos serviços urbanos, preenchendo lacunas muitas vezes deixadas por empresas maiores;
- b) Apesar da formalização, muitos ainda não são plenamente integrados às políticas públicas, revelando uma lacuna entre a formalização legal e a inclusão prática desses trabalhadores na dinâmica institucional;
- c) Há um sentimento generalizado de que o MEI ainda carece de reconhecimento pleno como figura empresarial, seja por falta de crédito acessível, de políticas de incentivo duradouras ou pela ausência de espaços públicos de escuta e articulação.

4.4.2 Os dados como ferramenta de valorização e visibilidade

A coleta e sistematização desses dados geram visibilidade para a realidade do microempreendedor, permitindo que suas vozes e demandas cheguem a gestores, instituições de fomento e à própria sociedade civil. O fato de 66% dos participantes apontarem algum grau de crescimento após a formalização reforça que as políticas públicas voltadas a essa categoria são eficazes, mas ainda insuficientes quando não vêm acompanhadas de suporte técnico e acesso ao crédito.

Além disso, o reconhecimento institucional — por meio de políticas como a Semana do MEI promovida pelo Sebrae local e iniciativas da prefeitura — precisa ser fortalecido para que esses empreendedores se sintam parte de um ecossistema empresarial e não apenas “sobreviventes econômicos”. Para isso, os dados mostram que é necessário enxergar o MEI como sujeito ativo, e não apenas beneficiário de políticas pontuais.

4.4.3 Avanços e desafios no reconhecimento

A baixa adesão a ferramentas de gestão financeira, a dificuldade de acesso a crédito e a percepção de políticas públicas ainda distantes da realidade local são sintomas de uma falta de reconhecimento técnico e institucional mais profundo. Isso indica que:

- a) É necessário reformular ações públicas a partir do que os próprios MEIs apontaram como necessidade (como crédito acessível, capacitação técnica e menos burocracia);
- b) A criação de espaços de diálogo permanentes, como conselhos de microempreendedores ou câmaras setoriais, pode promover um reconhecimento coletivo da importância dos MEIs no tecido social e econômico de Guarabira;
- c) A produção e divulgação de diagnósticos, como este, contribuem para que os próprios MEIs se reconheçam enquanto categoria legítima, fortalecendo sua identidade e sua capacidade de mobilização por melhorias.

Em síntese, os dados da pesquisa vão além de estatísticas: eles revelam um cenário onde os MEIs são atores centrais no desenvolvimento local, mas ainda enfrentam grandes desafios para serem plenamente reconhecidos, tais como política, social e economicamente. Reconhecer o valor dos microempreendedores individuais implica compreender suas demandas, disponibilizar ferramentas adequadas à sua realidade e promover um ambiente institucional mais acessível e funcional. Nesse contexto, a pesquisa desempenha um papel relevante ao

fornecer dados concretos que evidenciam a importância desses agentes econômicos, contribuindo para sua visibilidade e para o fortalecimento de políticas públicas mais alinhadas às suas necessidades.

5 CONCLUSÕES

O estudo considera fatores institucionais, culturais, econômicos e de gestão, com foco especial no papel da gestão pública, das políticas de fomento e das redes de apoio. A metodologia se apoia em estudos de caso, análise de conteúdo e dados secundários, fundamentando-se na literatura das Ciências Sociais Aplicadas para assegurar consistência e relevância científica e prática. A formalização dos MEIs representa um importante vetor de transformação econômica e social, sobretudo em municípios como Guarabira, onde a informalidade ainda é uma realidade marcante. Ao longo desta pesquisa, foi possível compreender que, embora a formalização traga benefícios significativos, como o acesso a crédito, benefícios previdenciários e participação em políticas públicas, que ainda existem inúmeros desafios que dificultam a adesão de muitos empreendedores ao regime formal.

O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar os desafios e impactos da formalização de MEIs, destacando o papel da gestão e das políticas públicas na promoção do desenvolvimento econômico e social no município de Guarabira, de forma que o mesmo foi alcançado mediante as pesquisas e respostas dos entrevistados, contudo ainda precisasse um caminho a percorrer quanto aos estudos e análises da formação das MEIs como um todo.

A pesquisa adotou uma metodologia mista, combinando abordagens qualitativas e quantitativas. Essa escolha visou garantir profundidade analítica e objetividade na análise dos desafios e impactos da formalização dos MEIs. Questões como burocracia, falta de informação clara, custos operacionais e ausência de apoio técnico continuam sendo entraves relevantes, especialmente para aqueles com menor escolaridade ou inseridos em contextos socioeconômicos vulneráveis. Isso evidencia a necessidade de ações mais efetivas por parte do poder público, tanto na simplificação dos processos quanto na ampliação de programas de capacitação e orientação.

Apesar da relevância dos resultados obtidos, esta pesquisa apresenta algumas limitações. A primeira delas diz respeito ao recorte geográfico, restrito ao município de Guarabira-PB, o que limita a generalização dos achados para outras realidades regionais do Brasil. Além disso, a coleta de dados se concentrou em fontes secundárias e em um número específico de microempreendedores, o que pode não refletir a totalidade das experiências vividas pelos MEIs da região. Outro fator limitante é a dificuldade de acesso a informações atualizadas e detalhadas sobre políticas públicas locais e dados desagregados, o que pode ter restringido a profundidade de algumas análises. Para ampliar a compreensão sobre o tema, sugere-se que pesquisas futuras adotem uma abordagem comparativa entre diferentes

municípios ou regiões, permitindo verificar como as características locais influenciam o processo de formalização dos MEIs.

Enquanto real relevância a temática trabalhada, é importante incluir entrevistas com gestores públicos e representantes de instituições de apoio ao empreendedorismo, a fim de envolver melhor o papel das políticas institucionais nesse processo.

Por fim, recomenda-se o uso de métodos longitudinais, que acompanhem os empreendedores ao longo do tempo, permitindo uma análise mais completa dos impactos da formalização na trajetória dos negócios e na vida dos empreendedores. A formalização de MEIs em pequenas cidades pode ser fortalecida por meio de parcerias interinstitucionais entre prefeituras, instituições de ensino, associações comerciais e o terceiro setor. Essas articulações são essenciais para a criação de políticas eficazes e programas integrados que incentivem a capacitação, o acesso ao crédito e o empreendedorismo local, respeitando as especificidades socioeconômicas de cada município e promovendo a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável. Assim, a formalização de MEIs no município de Guarabira tem o potencial de transformar a economia local, promovendo o desenvolvimento sustentável e melhorando a qualidade de vida da população. Para que isso ocorra, é necessário um esforço conjunto entre os setores público e privado, com o objetivo de criar um ambiente favorável à formalização e ao crescimento dos pequenos negócios na região.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Katryanne Rodrigues; FRANÇA, Dayane Patrícia Cunha de; PORTO, Ítallo Guimarães;

BRAGA, Rafael de Araujo. Análise das barreiras e facilitadores da formalização de microempreendedores em Almenara/MG. **Recital – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 7, n. 2, p. 283–310, 2025. DOI: 10.46636/recital.v7i2.611.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BARROS, Rafael de Freitas et al. Análise da propensão de formalização de microempreendedores individuais no município de Salgueiro-PE. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, e206111537089, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i15.37089.

BENATTI, Lawton Nanni; SILVA, Edmilson Eduardo da; PREARO, Leandro Campi. Microempreendedores individuais e desenvolvimento econômico nos municípios de São Paulo de 2010 a 2014. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (REGEPE)**, v. 10, n. 3, e1676, 2021. DOI: 10.14211/regepe.e1676.

BERKEL, Hanna. Why formality does not always benefit firms: learning from Mozambique. **The European Journal of Development Research**, v. 37, n. 4, p. 721–764, 2025. DOI: 10.1057/s41287-025-00698-5.

BRUHN, Miriam; MCKENZIE, David. Entry regulation and the formalization of microenterprises in developing countries. **The World Bank Research Observer**, v. 29, n. 2, p. 186–201, 2014. DOI: 10.1093/wbro/lku002.

CAMPANHA, Lucas José; DE LORENZO, Helena Carvalho; FONSECA, Sergio Azevedo; PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani. Facets of the individual microentrepreneur (MEI) public policy in Brazil: regulatory frameworks, supporting services and barriers to formalization. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 175–190, 2018. DOI: 10.1590/0104-530X3896-16.

CAMPOS, Francisco Moraes Leite; GOLDSTEIN, Markus P.; MCKENZIE, David J. How should the government bring small firms into the formal system? Experimental evidence from Malawi. **Journal of Development Economics**, v. 161, p. 103045, 2023. DOI: 10.1016/j.jdeveco.2022.103045.

FERRAZ, João Carlos; TORRACCA, Julia; ARONA, Gabriela Nunes; PERES, Wilson. **A divide in the making: digitalisation in Latin America**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GIC/CORPO%20DOCENTE/JULIA%20TORRACCA/SEMIN%20C3%81RIOS/2023/A%20Divide%20in%20the%20Making%20Digitalisation%20in%20Latin%20America.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2026.

FERREIRA, R. A. **Finanças públicas e desenvolvimento regional**. Recife: Editora UFPE, 2017.

GONZALEZ, Lauro; PIZA, Caio; CRAVO, Tulio Antonio; ABDELNOUR, Samer; TAYLOR, Linnet. The impact of business support services for small and medium enterprises on firm performance in low- and middle-income countries: a systematic review. **Campbell Systematic Reviews**, v. 12, n. 1, 2016. DOI: 10.4073/csr.2016.1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102029.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características do empreendedorismo no Brasil 2021–2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do microempreendedor individual: indicadores sociais e econômicos dos MEIs no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102240.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Formalização de empresas: uma introdução**. Genebra: International Labour Organization, 2021. Disponível em: <https://researchrepository.ilo.org/view/pdf/13100920840002676>. Acesso em: 28 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **Breaking the vicious circles of informal employment and low-paying work**. Paris: OECD Publishing, 2024. DOI: 10.1787/f95c5a74-en. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/breaking-the-vicious-circles-of-informal-employment-and-low-paying-work_f95c5a74-en.html. Acesso em: 28 fev. 2026.

PAES, Nelson Leitão. Simples Nacional no Brasil: reflexos do regime simplificado de tributação na formalização de micro e pequenas empresas. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 14, n. 49, p. 639–663, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org.br/j/neco/a/m9QcrPVXVKSLWnDjcRmY3qf/>. Acesso em: 28 fev. 2026.

TRUONG, Thao Duc; BUI, Phuong Cam. The lasting effect of formalization on credit access: Evidence from Vietnamese private SMEs. **Finance Research Letters**, v. 47, 2022. DOI: 10.1016/j.frl.2022.102729.

UN CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Global Micro, Small and Medium-sized Enterprises (MSMEs) Report 2024**. Genebra: UNCTAD, 2024.

Disponível em: <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/globalmsmesreport2024.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2026.

WORLD BANK. **Doing Business 2020: Comparing Business Regulation in 190 Economies**. Washington, DC: World Bank Group, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/32436>. Acesso em: 28 fev. 2026.

WORLD BANK. **MSME Finance Gap: Assessment of the financial landscape for micro, small and medium enterprises**. Washington, DC: World Bank Group, 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/topic/sme/finance>. Acesso em: 28 fev. 2026.

APÊNDICE – Questionário Semiestruturado

Este questionário visa entender a atuação dos microempreendedores individuais (MEIs) do município de Guarabira observando o comércio local e os impactos das políticas públicas de formalização. As respostas serão utilizadas na pesquisa sobre o desenvolvimento econômico e condições de formalização das pequenas negócios da região. Asseguramos que todas as respostas serão tratadas de forma confidencial.

TEMA 1: Perfil do Microempreendedor e Tempo de Formalização

1. Qual é a sua atividade principal como MEI?
☐ Comércio
☐ Indústria
☐ Prestação de serviços
☐ Outro: _____
2. Há quanto tempo você é formalizado como MEI?
☐ Menos de 1 ano
☐ 1-3 anos
☐ 4-5 anos
☐ Mais de 5 anos

TEMA 2: Gestão Financeira e Acesso ao Crédito

3. Você possui acesso ao crédito formal (empréstimos ou financiamentos bancário) após a formalização do seu negócio como MEI?
☐ Sim
☐ Não
4. Caso tenha acesso ao crédito, como você classificaria as condições oferecidas para MEIs em relação aos custos e taxas de juros?
☐ Muito favoráveis
☐ Favoráveis
☐ Neutras
☐ Desfavoráveis
☐ Muito desfavoráveis
5. Você utiliza alguma ferramenta financeira ou software para gerir suas finanças?
☐ Sim
☐ Não
Se sim, qual? _____
6. Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta ao buscar crédito ou financiamento para o seu negócio? (Escolha até 3 opções)
☐ Alta taxa de juros
☐ Exigências burocráticas complexas

- ☐ Falta de garantias
- ☐ Pouca informação sobre opções de crédito
- ☐ Outros: _____

7. Você tem alguma forma de apoio (governamental ou privado) para melhorar a gestão financeira do seu negócio?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
- Se sim, qual? _____

TEMA 3: Políticas Públicas, Formalização e Impactos Econômicos

8. Você já se beneficiou de algum programa de apoio à formalização ou incentivo à MEI em sua região?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
9. Quais políticas públicas você acredita que mais contribuíram para o sucesso do seu negócio como MEI? (Escolha até 3 opções)
- ☐ Simples Nacional
 - ☐ Programas de crédito para MEI
 - ☐ Capacitação empresarial
 - ☐ Redução da burocracia
 - ☐ Outros: _____
10. Quais dificuldades você ainda encontra no processo de formalização do seu negócio?
- ☐ Burocracia excessiva
 - ☐ Falta de orientação sobre o processo
 - ☐ Falta de recursos financeiros
 - ☐ Outros: _____
11. O que você acredita que poderia ser melhorado nas políticas públicas voltadas para os MEIs de Guarabira?
- ☐ Maior acesso a crédito
 - ☐ Capacitação mais acessível
 - ☐ Redução de impostos
 - ☐ Melhoria na infraestrutura
 - ☐ Outros: _____
12. Após sua formalização como MEI, qual foi o impacto no seu negócio em relação ao crescimento, geração de emprego e acesso a novos mercados?
- ☐ Grande crescimento
 - ☐ Algum crescimento
 - ☐ Sem impacto
 - ☐ Diminuição do crescimento
 - ☐ Não sei responder